

Cartografias da zona cinzenta: do herói à vítima, da vítima ao perpetrador nas narrativas de ex-combatentes portugueses da guerra colonial¹

Verónica Ferreira²

Este ensaio pretende, partindo do conceito de zona cinzenta pensado por Primo Levi (1989 [1986]: 37-69), explorar os discursos dos antigos combatentes sobre a violência na guerra colonial (1961-1974). A zona cinzenta marca um espaço intermédio que permite situar analiticamente as experiências destes homens, cujas histórias navegam cenários de violência vivida e sofrida. Se, por um lado, os combatentes se reivindicam vítimas – de um regime ditatorial de recrutamento compulsório, da violência testemunhada e/ou marcada nos seus corpos, das consequências traumáticas da guerra e da falta de reconhecimento dessas consequências pelo estado português; por outro lado, não é possível esquecer o seu papel enquanto agentes da violência colonial no âmbito da sua participação nas Forças Armadas Portuguesas (FAP). O discurso sobre a violência da guerra desafia o discurso nacional do país – o seu carácter humanista, tolerante e de brandos costumes –, mas é mobilizado na narrativização feita pelos antigos combatentes com o objetivo de reivindicarem os seus direitos económicos e sociais no presente.

Introdução³

Partindo do conceito de zona cinzenta, pensado por Primo Levi (1989 [1986]: 37-69), este ensaio pretende explorar discursos sobre a violência na guerra colonial. Em particular, os discursos individuais de antigos combatentes. A zona cinzenta marca um

¹ Este texto resulta do trabalho desenvolvido no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, nomeadamente, da revisão do ensaio realizado no âmbito do seminário *Discursos da Violência*, lecionado por António Sousa Ribeiro inserido no programa doutoral *Discursos: História, Cultura e Sociedade*, e no âmbito do projeto *CROME – Memórias Cruzadas, Políticas do Silêncio: as guerras coloniais e de libertação em tempos pós-coloniais*, financiado pelo Conselho Europeu de Investigação (ERC) no contexto do Programa – Quadro Comunitário de Investigação e Inovação ‘Horizonte 2020’, da União Europeia, com a referência 715593.

² Doutoranda no Programa de Doutoramento ‘Discursos: História, Cultura e Sociedade’ na Universidade de Coimbra. Concluiu o Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais pela Universidade Nova de Lisboa. Os seus atuais interesses de investigação centram-se nas representações políticas e mediáticas; estudos de género; pós-colonialismo; discursos sobre violência e memórias digitais dos antigos combatentes.

³ A autora agradece os comentários e a revisão de texto de Miguel Cardina e António Sousa Ribeiro.

espaço intermédio que permite situar analiticamente as experiências destes homens, cujas histórias navegam cenários de violência vivida e sofrida. Se, por um lado, os combatentes se reivindicam vítimas – de um regime ditatorial de recrutamento compulsório, da violência testemunhada e/ou marcada nos seus corpos, das consequências traumáticas da guerra e da falta de reconhecimento dessas consequências pelo estado português –; por outro lado, não é possível esquecer o seu papel enquanto agentes da violência colonial no âmbito da sua participação nas Forças Armadas Portuguesas (FAP) em contexto colonial.

Dentro da diversidade das suas narrativas pessoais, a subjectivização e narrativização da sua experiência é marcada por algumas linhas discursivas recorrentes. A violência perpetrada é nalgumas narrativas criada como ausência, mas noutros é enquadrada nas suas histórias de guerra – diretamente ou de forma vaga e indireta, na terceira pessoa (Campos, 2017: 149) – por via de dispositivos narrativos que recorrem a um vocabulário legitimado num discurso medicalizado (Síndrome de Stress Pós-Traumático, daqui em diante SSPT, cf. Quintais, 2000; 2001). Há uma multiplicidade de discursos, não apenas porque “[...] o passado é tão diverso quanto as pessoas que o recordam” (Antunes, 2015: 19), mas simultaneamente pela miríade de referências convocadas no processo de rememoração do passado. Os seus discursos são produto dos contextos em que foram, e são elaborados, bem como as possíveis intenções ou motivos de cada um ao enunciá-los. Ora conferem sentido a uma juventude perdida (cf. Ribeiro, 2007: 53; 2012: 29), ora poderão inserir-se dentro de uma linha de reivindicação de um espaço público que lhes permita reclamar os seus direitos enquanto vidas e corpos marcados pela violência de uma guerra que não escolheram, mas na qual participaram.

As memórias privadas e as memórias públicas condicionam-se mutuamente. Composta por discursos institucionais das diversas associações de combatentes, desde a Liga dos Combatentes (LC) passando pela Associação dos Deficientes das Forças Armadas (ADFA) até à Associação de Apoio aos Ex-combatentes Vítimas do Stress e da Guerra (APOIAR). A primeira caracteriza-se pela reprodução de uma racionalidade nacionalista que não problematiza a violência da guerra nem a sua natureza colonial, perpetuando a imagem de “bom soldado” em nome dos “valores permanentes” ou, por vezes, de herói, apanágio do Estado Novo; a segunda apresenta um discurso menos apologético, expresso no lema “a força justa das vítimas de uma guerra injusta,” reivindicando o estatuto de vítima em prol dos direitos económicos e sociais daqueles

que ficaram com marcas físicas da violência da guerra; enquanto a última estende, já nos anos 90, a reivindicação do estatuto de vítima a todos aqueles que se insiram na definição médica do SSPT.

A cartografia da zona cinzenta pretende encetar esse exercício de mapeamento discursivo, pondo em perspetiva o binómio “vítima” e “perpetrador” que muitas vezes define estes homens sem ter em conta a complexidade das suas experiências e as heterogeneidades inerentes ao processo de subjectivização mnemónica. A apreensão subjetiva do passado, à luz das narrativas e leituras do presente – incluindo as apreendidas e apropriadas no espaço temporal que separa o evento passado do presente – é uma componente importante da memória de eventos históricos, especialmente daqueles que por serem cronologicamente próximos são também hoje alvo de disputas político-ideologicamente exacerbadas

A memória da guerra e a guerra da memória

No ensaio “Sobre o conceito da História,” Walter Benjamin escreve sobre o anjo da História que olha fixamente para o passado, representado na obra *Angelus Novus* de Paul Klee: “[...] uma catástrofe sem fim, que incessantemente acumula ruínas sobre ruínas e lhas lança aos pés” (tese IX, Benjamin, 2010 [1942]: 13). Este passado de ruínas é na metáfora visto pelos olhos da história no presente. É através da memória histórica que se observa e representa o passado. Fazendo uma interpretação mais lata, o anjo representa também o carácter mediado do passado. A memória e a recordação são, na síntese que Achille Mbembe faz do pensamento de Merleau-Ponty, os pedaços, traços, fragmentos e restos do passado que se formam na consciência, quer essas formas se expressem racionalmente ou inconscientemente (Mbembe, 2014 [2013]: 207) a partir de meios tão variados, mas que derivam em primeiro lugar da linguagem no presente. É um olhar-no-presente-para-o-passado que contradiz a ideia segundo a qual o passado é um tempo morto.

O mesmo se pode dizer do “trauma” enquanto resposta no presente a um evento passado que toma a forma de alucinações, sonhos e pensamentos repetidos e/ou intrusivos (Caruth, 1995: 4). Aquele que recorda é possuído pelo evento (Caruth, 1995: 5; Mbembe, 2014 [2013]: 207) e essa possessão produz um regresso literal do evento no

presente por não ter sido completamente apreendido no passado (Quintais, 2000: 66-70).

É esta literalidade e seu retorno insistente que assim constitui o trauma e aponta para seu núcleo enigmático: o atraso ou incompletude em saber, ou mesmo em ver, uma ocorrência avassaladora que então permanece, em seu retorno insistente, absolutamente fiel ao evento.⁴

O trauma é uma síndrome da história nas palavras de Cathy Caruth (1995: 5) porque não é passível de ser interpretado, ou seja, inserido dentro de uma rede de significações e apreendida por quem o relembra. Dentro desta perspetiva, a História pode ser vista como uma série de fatalidades (Mbembe, 2014 [2013]: 156; Traverso, 2016: 57). Em Portugal a fatalidade ou catástrofe, cujas ruínas se amontoam perante aqueles que no presente as observam, é a guerra colonial.

Parafraseando uma expressão de Henry Rousso (2016 [2012]), a guerra colonial foi a “última catástrofe” histórica da sociedade portuguesa.⁵ De 1961 a 1974/1975, foram enviados cerca de 820.000 jovens nascidos entre 1940 e 1950 (Campos, 2008; 2017: 39-43).⁶ Foram treze anos de uma guerra da manutenção de um sistema colonial, mas cujo carácter colonial e violento continuam a ser elementos ausentes da memória política e social do país (Ribeiro, 1999: 137-222). A guerra assinalou uma rutura. A violência da guerra representa, até aos dias de hoje, um trauma que se esquece ou se relembra publicamente de forma higienizada. No discurso político há um silenciamento do conflito e um apagamento ou dissimulação do seu carácter colonial e racista para que a coesão da narrativa histórica nacional se conserve coesa e as relações de Portugal com

⁴Tradução da autora. No original: “It is this literality and its insistent return which thus constitutes trauma and points toward its enigmatic core: the delay or incompleteness in knowing, or even in seeing, an overwhelming occurrence that then remains, in its insistent return, absolutely *true* to the event” (Caruth, 1995: 5).

⁵ “Última catástrofe” é a designação dada pelo historiador Henry Rousso para o momento de rutura que marca a divisão entre períodos históricos. Assim, “catástrofe” é um termo entendido dentro do seu significado etimológico “[...] como um ‘revolvimento’, como um ‘fim’ na sua aceção grega, os quais têm consequências frequentemente insuperáveis, mas também como um ‘desenlace’, um ‘movimento teatral’ no sentido literário e dramático do termo, na sua aceção latina” (Rousso, 2016 [2012]: 26).

⁶ Para se ter uma ideia da dimensão e impacto social do conflito basta pensar que a maioria dos homens que hoje em dia têm entre 65 e 80 anos combateram na guerra. Dos 820.000 homens que combateram, 8.831 morreram, cerca de 4.500 ficaram mutilados, 30.000 feridos, 14.000 deficientes físicos e mais de 100.000 sofrem de Stress Pós-Traumático (Campos, 2008; 2017: 39-43) referenciar Carlos Matos Gomes ou outra fonte com dados.

as ex-colónias não sejam abaladas.⁷ A coesão da narrativa histórica nacional implica que não se desafie a ideia lusotropical (cf. Almeida, 2000; Castelo, 2011; Cardão 2014) de um país de brandos costumes, descobridor, civilizador e tolerante (cf. Martins, 2015).⁸ Aceitar a violência colonial equivaleria a contradizer esta ideia de excecionalidade da colonização portuguesa e de tolerância da sociedade democrática atual. A dificuldade em encaixar a guerra colonial na narrativa nacional advém também do papel que os combatentes, militares de carreira, tiveram no golpe que derrubou a ditadura e encetou construção do Portugal democrático e europeu (Campos, 2008: 113; 2017: 41; Ribeiro, 1999: 142). Lembre-se que “[...] o novo poder decretou, logo a 10 de Maio de 1974, ‘a amnistia de crimes essencialmente militares praticados antes do 25 de Abril’ [sic] [...]” (Ribeiro, 1999: 142), o que viria a influenciar a forma como se lembra – ou na verdade se esquece – a violência perpetrada nos treze anos da guerra.

O silêncio no espaço público, ou por outras palavras a ausência de um vocabulário que permita conferir significado a uma experiência extrema, é agravado por, e agrava ao mesmo tempo, sentimentos de vergonha e de culpa nos veteranos de guerra (Campos, 2008: 119; 2017: 168; cf. também Bourke, 2004; 2006: 35; 2010). Entre 1980 e meados de 1990a guerra esteve ausente do espaço público português, favoreceu-se antes a imagem de um regime democrático em construção. A participação na guerra colonial, a importância dos movimentos de libertação no derrube do regime ditatorial e o carácter anticolonial da revolução ficaram relativamente esquecidos (Loff, 2015: 60-62). Só a partir dos finais dos anos 1990 e inícios de 2000 o tema da guerra colonial ressurgiu no espaço público e mediático, propulsionado pela crescente consciencialização pública em relação à síndrome de stress pós-traumática (Martins, 2015)⁹, pela criação de uma nova leva de associações que o enquadraram, pelo documentário *A Guerra*, de Joaquim Furtado¹⁰ e pelo surgimento de um crescente interesse académico.¹¹

⁷ Sobre a divisão no seio da sociedade portuguesa relativamente às narrativas sobre a guerra colonial e a descolonização *vide* Loff, 2015: 49-50.

⁸ País tolerante e pioneiro na civilização dos «novos mundos» – que nas palavras da banda Da Vinci “[...] levaram a luz da cultura/semearam laços de ternura/foram mil epopeias/vidas tão cheias/ foram oceanos de amor [...],” canção «O Conquistador» levada ao festival da Eurovisão de 1989 pela banda Da Vinci.

⁹ Para uma perspetiva crítica sobre a narrativa destas associações *vide* Loff, 2015: 60-62.

¹⁰ O título do documentário *Guerra Colonial, de Libertação, do Ultramar* reflete as tensões inerentes à memória da guerra e as disputas político-ideológicas que a acompanham.

¹¹ Dentro do crescente interesse académico pela temática contam-se projetos como *Os Filhos da Guerra Colonial. Pós-memória e representações* de Margarida Calafate Ribeiro (2007-2011); *Vidas Marcadas pela História: a Guerra Colonial Portuguesa e os Deficientes das Forças Armadas* de Boaventura Sousa

Não obstante, como refere Manuel Loff (2015: 49-62), continua a haver uma falta de consenso nacional sobre a guerra, o que leva à existência de uma lacuna na compreensão do conflito pela sociedade portuguesa e, conseqüentemente, a sua memória permanece um campo de batalha (Traverso, 2012) que se reflete na própria denominação. A retórica sobre o silêncio continuou a ser reproduzida por antigos combatentes. Na análise de Luís Quintais (2001: 96-97), reflete um projeto político e ideológico de construção narrativa de vitimização através do qual se pretende obter benefícios sociais económicos. Paralelamente, é construída uma narrativa das guerras coloniais que coloca os antigos combatentes no centro, enquanto únicos intervenientes e únicos sujeitos para quem a guerra “ainda não acabou” – a autoridade do vivido. Citando Ângela Campos, “[...] a escolha entre essas terminologias revela frequentemente as inclinações, as posições políticas e, às vezes, até mesmo a origem social do narrador ou do grupo.”¹²

Para além deste projeto transversal, existem nuances ideológicas. Quem usa o termo “campanhas de África” – adota a terminologia do regime ditatorial do Estado Novo e recusa a existência de uma guerra, na qual se inserem dois beligerantes em disputa por uma ideia política – e quem adota o termo “guerra do ‘ultramar’” – reproduz a ideia de uma continuidade territorial definida pelo regime ao invés da existência de um território de domínio colonial que efetivamente existia (Campos, 2008; 2017) – não concorda com o consenso académico situado em torno do termo “guerra colonial” – que reconhece, por sua vez, a existência *de facto* de um regime colonial desafiado através das armas pelos movimentos de libertação.

Os primeiros dois termos são adotados sobretudo por associações de ex-veteranos.¹³ Para o atual Presidente da LC, Joaquim Chito Rodrigues,¹⁴ a designação

Santos, Bruno Sena Martins e Natércia Coimbra (2010-2013); *Desejo, Miscigenação e Violência: o presente e o passado da Guerra Colonial* de Maria Paula Meneses (2016-2019); *Historicizar Memórias da Guerra Coloniale o projeto CROME: Crossed Memories and Politics of Silence: the colonial and libration wars in postcolonial times*, ambos coordenados por Miguel Cardina (2014-2019 e 2017-2022, respetivamente).

¹² Tradução da autora. No original: “[...] the choice between the terminologies frequently reveal the inclinations, political positions, and sometimes even the social background of the narrator or the group” (Campos, 2017: 43).

¹³ Citando a resenha histórica, presente na página da LC, “Após a I Grande Guerra os combatentes, animados por um são espírito de fraternidade, sentem o imperativo de se associar para defenderem os seus interesses e ajudarem os inválidos de guerra, as viúvas e os órfãos. Surge João Jayme de Faria Affonso, espírito empreendedor e decidido, que resolve meter ombros a esta árdua tarefa e, por fins de 1919, dá os primeiros passos no sentido de criar a associação dos combatentes” (Informação disponível em: http://www.ligacombatentes.org.pt/organizacao/resenha_historica). A Liga viria a ser oficializada em 1924. Desde então tem-se pautado pela comemoração da Grande Guerra e da “Guerra do Ultramar.” São

“guerra de colonial” reflete uma posição política crítica à guerra que a LC sob a sua presidência se recusa a adotar. O termo “ultramar” é por ele considerado mais inócuo, já que foi o termo usado de forma generalizada pelos combatentes aquando da guerra. Esta linha despolitiza as políticas defendidas na guerra. A empreitada colonialista de um regime ditatorial é criada como ausência em nome de “valores permanentes” como o serviço à pátria, discurso que promove uma visão glorificadora do sacrifício pessoal dos antigos combatentes em detrimento de uma visão mais crítica do colonialismo e/ou da própria violência bélica. Da mesma forma, acusa a ADFA de se posicionar politicamente contra a guerra a partir da divisa “vítimas justas de uma guerra injusta.”¹⁵

Guerra é Guerra

A guerra é marcada pela violência física, embora a violência bélica da guerra colonial incorpore em si e extrapole a violência estrutural¹⁶; inerente à subjugação das pessoas colonizadas. O pensamento de Frantz Fanon é especialmente útil para compreender este carácter eminentemente existencial da violência colonial. De acordo com o Fanon, “[...] o colonialismo não é uma máquina pensante, nem um corpo dotado de raciocínio. É violência no seu estado natural, e só cederá quando for confrontado com uma violência maior” (2001 [1963]: 48).¹⁷

da sua gestão o Museu do Combatente, o Monumento aos Combatentes do Ultramar, as tertúlias e a coleção de livros «Fim do Império» entre muitas outras iniciativas.

¹⁴ Em resposta à utilização do termo «guerra colonial» pela investigadora Sílvia Torres, Autora do livro de 2016, *Jornalismo em português e a Guerra Colonial*. Lisboa: Editora Guerra & Paz, numa das tertúlias «Fim do Império» realizada a 30 de maio de 2017 na Casa da Cultura. da iniciativa do núcleo de Coimbra da LC.

¹⁵ Esta consciência, da diferença nas posições políticas adotadas por ambas as instituições, é partilhada por representantes da ADFA. Segundo António Calvino, um dos fundadores da ADFA, em entrevista a Bruno Sena Martins:

“[BSM] E nesse início que recetividade é que encontraram na Junta de Salvação Nacional [para a constituição da ADFA]?”

[AC] Foi boa! Foi boa. Boa... havia um movimento oposto que queria que nós nos integrássemos na Liga dos Combatentes da Grande Guerra que, pronto, de certa forma... o culto era diferente, não é? Nós éramos animados de uma cultura antiguerra! Portanto, que o primeiro panfleto que a gente coloca nas ruas de Lisboa ‘ADFA, a força justa de uma guerra injusta’. [António Calvino, 44:01-44:52mm].”

¹⁶ Conceito criado e desenvolvido por J. Galtung: “*Violence is here defined as the cause of the difference between the potential and the actual*, between what could have been and what is. [...] The violence is built into the structure and shows up as unequal power and consequently as unequal life chances” (1969: 168/171).

¹⁷ Tradução da autora. No original: “[...] colonialism is not a thinking machine, nor a body endowed with reasoning faculties. It is violence in its natural state, and it will only yield when confronted with greater violence.”

A violência colonial é assim substancialmente diferente da violência estrutural praticada nas sociedades metropolitanas. Nos países colonizados a violência é direta (Fanon, 2001 [1963]:29).¹⁸Nas antigas colónias portuguesas essa violência materializou-se de forma mais explícita nos massacres de Batepá em 1953 (cf. Rodrigues, 2018), de Pidjiguiti em 1959, de Mueda em 1960, da Baixa do Cassange em 1961 e de Wiryamu em 1972 – para nomear os mais conhecidos.

Neste cenário, a violência foi a experiência marcante das populações colonizadas. Citando Bruno Sena Martins, as “[...] [suas] vidas foram significativamente atravessadas pela experiência da Guerra, e pelas incontáveis vítimas civis, sujeitas que foram a massacres, deslocamentos forçados e a violências de toda a sorte [sic]” (Martins, 2015: 106). Uma violência que, segundo Achille Mbembe, perverte até quem a comete. Quem a comete trá-la consigo e descarrega-a nas suas relações familiares na metrópole. Seguem-se vidas sob o signo do trauma “[...] porque ouvem os gritos e lamentos das suas vítimas” (Fanon. 1959: 748 *apud* Mbembe [2013], 2014: 188; *vide* Campos, 2017: 209-210).

Um dos aspetos mais preocupantes da ambiguidade moral aqui presente, tem a ver com a impossibilidade de separar claramente vítimas e perpetradores: muitos veteranos sofrem com o resultado de atos cometidos por si próprios, vítimas do ato de matar que se volta contra o seu agente.¹⁹

Um trauma que permanece no discurso de muitos dos antigos combatentes, mas que, todavia, é apagada do discurso oficial e público do Estado português e das associações de combatentes. Os discursos das associações militares são pautados por uma visão instrumental da guerra. Ora, embora reconheçam que as guerras servem objetivos políticos, defendem que não cabe aos militares julgá-los, cabe-lhes apenas servir o país. Esta racionalização *à posteriori* da violência de uma guerra vã, serve sobretudo como narrativa justificadora do esforço de uma geração de homens que foi enviada para uma guerra sobre a qual, na maioria das vezes, desconhecia as condicionantes políticas. Como frisou Rui Alberto Fidalgo Ferreira, Presidente da

¹⁸Tradução da autora. No original: “the intermediary does not lighten the oppression, nor seek to hide the domination; he shows them up and puts them into practice with the clear conscience of an upholder of the peace; yet he is the bringer of violence into the home and into the mind of the native.”

¹⁹ Tradução da autora. No original: “One of the most disturbing aspects of the moral ambiguity presente here, has to do with the impossibility of clearly separating victims and perpetrators: a lot of veterans suffer as a result of acts committed by themselves, victims of the act of killing which turns back on its agente”(Quintais, 2001: 95).

Comissão Executiva do 24.º Encontro Nacional de Combatentes, fazendo eco de outros discursos militares: “não há guerra boas ou guerras más,”²⁰ há apenas a guerra que o soldado enfrenta em nome da pátria e defender a pátria é sempre um motivo de orgulho. Maria José Lobo Antunes descreve estes encontros, realizado todos os anos durante o 10 de junho, nos seguintes termos:

[...] estabeleceu-se a partir de 1994 como o lugar cerimonial de uma narrativa alternativa que utiliza dispositivos rituais e simbólicos associados ao formalismo dogmático da cultura oficial. Apesar da sua natureza não oficial, a formalidade dos rituais inclui desfiles militares, discursos e o hino nacional. O ambiente é protocolar e grave. *Através de gestos e palavras, a guerra* (que neste contexto é sempre referida como «do ultramar») *é inscrita na continuidade intemporal da nação e integrada na narrativa sobre o país e a sua história.* A dimensão e importância política desta arena de articulação da memória é evidente: é aqui que se alcança o reconhecimento público que julgam ser devido a todos aqueles que combateram em nome de Portugal [italico nosso]. (Antunes, 2015: 360)

A maior parte dos seus discursos sublinha de forma despolitizada o sacrifício do soldado português em nome da pátria. Quando a “violência” é mencionada por representantes das altas patentes militares e daqueles que se dedicam ao estudo da doutrina militar, é vista como uma inevitabilidade cujo julgamento traria mais dano que vantagem. Cito apenas dois exemplos: o primeiro é de Francisco da Costa Gomes, Marechal e Presidente da República ainda durante o período pré-constitucional de outubro de 1974 a julho de 1976:

Todas as guerras são em si actos de violência, pois que visam em última instância o domínio e/ou a destruição do inimigo com vista à imposição de uma nova ordem ou à reposição da situação anterior ao conflito. São inerentes portanto à conjuntura da guerra a existência de medidas de violência desproporcionada ao fim em vista, caso dos massacres, que fogem muitas vezes às tentativas de racionalização da guerra levadas a efeito por iniciativas internacionais de que são exemplo as Convenções de Genebra [sic, itálico nosso]. (apud Ribeiro, 1999: 146)

Segundo a historiadora Joanna Bourke” [...], no calor da batalha, o comportamento atroz facilmente se torna parte integrante da guerra. O que leva a que

²⁰ Para além de Rui A. F. Ferreira, também António de Almeida Santos – Ministro da Coordenação Interterritorial entre maio de 1974 e agosto de 1975 entre outros cargos políticos subsequentes – utiliza a expressão “Não há guerras boas e guerras más. A guerra é sempre uma sequência de actos cruéis. É verdade que serão repugnantemente cruéis se forem desnecessários e gratuitos. Mas a crueldade que ocorre numa guerra dificilmente pode ser julgada com justiça a partir da comodidade de uma poltrona! [sic]” (apud Ribeiro, 1999: 145).

muitos combatentes e porta-vozes militares falem de tal brutalidade como se esta fosse inevitável e desculpável” (2006: 29).²¹O segundo exemplo é de Antonino Melo, comandante da 6.^a Companhia de Comandos responsável pelo Massacre de Wiyriamu:

Realmente aquilo que nós fizemos... é [gagueja] um ato... como é que eu hei de dizer? Quando se mata pessoas é um ato terrível..., mas, eu não posso... deixar de pensar que isto foi feito num teatro de guerra... não é?... Nós eramos preparados, nós tínhamos uma preparação física, técnica e psicológica... para uma guerra deste género. [pausa]. Portanto, quando nós somos formados, nós temos... estamos preparados para matar, seja uma pessoa ou dez ou cem pessoas. Matar uma ou cem pessoas num teatro de guerra, em operações deste género... são... nós estamos preparados para isso. Hoje, eh pá, realmente, o que se passou foi terrível. Mas hoje, nas mesmas circunstâncias, num teatro de guerra como aquele, provavelmente teria que fazer o mesmo. Tenho ordens para cumprir. Porque se eu não cumpro as ordens, o que é que me acontece?²²

A narrativa de Antonino Melo não se distancia da ideia segundo a qual na guerra acontecem inevitavelmente atos de violência ao não problematizar, por exemplo, a violência gratuita ou desproporcionada contra as populações. O antigo comando justifica-se coma tese militar segundo a qual os soldados são formados/formatados para agir desta forma em cenários de guerra e que leva, sob outro ângulo, à desresponsabilização pessoal: “[...] ordens para cumprir. [...] [Se não as cumprir] o que é que me acontece?” Esta declaração remete, sob outro ponto de vista, para uma questão importante e de difícil resolução: quem é, afinal, responsável por massacres como o de Wiyriamu? Aqueles que diretamente cometeram atos de violência? Aqueles que deram as ordens que se materializaram em atos? Aqueles que tomaram a decisão política de encetar uma guerra colonial? Aqueles que a apoiaram a guerra na metrópole? (cf. Bourke, 2010: 165 ss).

A zona cinzenta

Karl Jaspers distingue quatro tipos de culpa a partir dos quais é possível refletir e tentar responder a estas perguntas. A primeira, a culpa criminal, é verificável através de

²¹Tradução da autora. No original: “[...], in the heat of battle, atrocious behavior easily became an integral part of warfare. Thus, many combatants and military spokesmen spoke about such brutality as though it was inevitable and excusable.”

²² Transcrição de um excerto da entrevista a Antonino Melo gravada para o episódio 29 da série documental *A Guerra*, realizada por Joaquim Furtado [34:03-35:25mm].

provas apresentadas em tribunal e dirigida aos intervenientes diretos da violência em casos onde há julgamento – o que na grande maioria dos casos não acontece. O segundo tipo de culpa é político e imputado aos responsáveis políticos pela guerra e pelos atos nela praticados. A culpa metafísica, por sua vez, é «[...] a responsabilidade que é independente de qualquer ação ou omissão por parte do sujeito [sic] [...]» (Ribeiro, 2010: 12). Por último, a culpa moral é uma responsabilidade ética que não depende da culpa formada e julgada. A complexificação do conceito de responsabilidade permite, por um lado, questionar o conceito de vítima e, por outro, problematizar o binómio perpetrador-vítima atendendo à variedade de papéis e relações destes homens.

Na reflexão crítica de Enzo Traverso, o período entre o fim do século XX e início do século XXI inaugura a era da vítima. Uma era cuja base fundacional é o Holocausto. Todos os outros episódios de violência do século XX são pensados a partir dos eventos que o caracterizaram (2016: 16), o que por vezes alimenta a propensão analítica de reduzir a história a uma confrontação binária entre vítimas e carrascos (Traverso, 2016: 16; Mbembe, 2014 [2013]: 156). A mesma crítica ao maniqueísmo das representações do passado é feita por Primo Levi. “[...] Tendemos a simplificar a história” (Levi, 1989 [1986]: 36)²³ para compreendermos um determinado acontecimento que não foi diretamente vivido. A construção de um mal absoluto, personificado em um ou vários indivíduos, e de um bem absoluto, encarnado na imagem do herói ou na imagem da vítima inocente, facilitam a compreensão da violência, mas não correspondem à realidade (cf. Mbembe, 2014 [2013]: 156). Perceber que podem existir vários tipos de culpa e de responsabilidade complexifica estas/es identidades/estatutos e permite encetar uma reflexão crítica sobre o lugar que ocupam aqueles que se encontram na fronteira (*in between*). Que permitem o desenrolar da violência e por isso, em maior ou menor grau, se encontram numa zona cinzenta.

As reflexões sobre a zona cinzenta de Primo Levi incidem sobre o universo concentracionário da Alemanha nazi. O capítulo da obra *I sommersi e i salvati* (1986) aborda os diversos graus de colaboração com o sistema que permitiram aos prisioneiros do *Lager* sobreviver e que não são compatíveis com uma noção estrita de inocência. É importante sublinhar que a colaboração não retira o estatuto de vítima aos sobreviventes porque o seu comprometimento diminui proporcionalmente à autonomia de ação que possuíam no complexo. No entanto, também não os isenta das ações ambíguas e, no

²³ Tradução da autora. No original: “We [...] tend to simplify history.”

limite, colaborativas com o sistema (Levi, 1989 [1986]: 44). Quando o objetivo é, se não a sobrevivência, pelo menos a minoração do sofrimento ou da humilhação, a colaboração habita a zona cinzenta – uma zona intermédia – também ele caracterizado pela violência que a consciência da sua própria culpa acarreta (Levi, 1989 [1986]: 53).

Pensar os “prisioneiros-funcionários” (*prisoners-functionairs*) (Rothberg: 2019, loc1135) de um sistema de dominação e extermínio, como os campos de concentração, é necessariamente diferente de pensar agentes do sistema colonial português. Se os primeiros partem de uma representação da vítima que se questiona, os últimos partem de uma representação do perpetrador que é preciso problematizar. A responsabilidade dos combatentes na violência da guerra colonial, sob este ponto de vista, não é compatível com a definição de vítima no sentido estrito do termo:

Em sentido etimológico, *victus*, a vítima, é aquela que está vencida, dominada. É aquela ou aquele que sofre uma agressão externa, que é o objeto de um ato cuja dinâmica não controla ou que dificilmente prevê. Que é, portanto, inocente, despotenciado e passivo. (Cardina, 2014: 30)

Estes homens não podem ser considerados vítimas *tout court*. Foram parte das FAP e, enquanto tal, recorreram à violência para manter o controlo sobre as populações colonizadas, acabar com a resistência e por fim à luta pela independência nos territórios sob domínio colonial. São, portanto, sujeitos implicados no sistema de dominação colonial, ademais, como notou Ângela Campos “ [...] um pequeno número de entrevistados refere que alguns deles estavam a matar não apenas para permanecerem vivos: 'havia alguns que o faziam com – com prazer (breve pausa)' e como um 'vício'” (2017: 149).²⁴

A zona cinzenta, onde muitos se inserem, é uma zona de ambiguidade dentro de um *continuum*. A filósofa italiana Simona Forti (2015 [2012]), na mesma linha da “banalidade do mal” de Hannah Arendt, explora um conceito particularmente útil para pensar os antigos combatentes. Para Forti, os “demónios medíocres” (*mediocre demons*) são sujeitos normativos que produzem ou contribuem para a produção de violência e manutenção de sistemas de dominação e poder por via de atos de obediência, consentimento e passividade perante a autoridade (Rothberg, 2019, loc 1119-1130).

²⁴Tradução da autora. No original: “[...] a few respondents remarked how some were killing not just to stay alive: ‘there were some who did that with – with pleasure (brief pause),’ and as an ‘addiction.’”

São, dentro da metáfora, a correia de transmissão do mal político e o seu correio de transmissão. Estes sujeitos implicados obedecem com vista à “maximização do valor da sua vida – à sua preservação, ao aumento da sua intensidade, da sua duração e à otimização da sua capacidade produtiva” (Forti, 2015 [2012]: 176 *apud* Rothberg, 2019, loc 1130).²⁵

Os antigos combatentes situam-se numa posição de responsabilidade direta, mas, na ausência de um julgamento que formalize uma culpa criminal, permanece a responsabilidade política e moral. Nas palavras de Pedro Pezarat Correia:

[...] as acusações de “crimes de guerra” tendem a incidir sobre os agentes imediatos de actos como tal classificáveis, isentando ou ignorando os responsáveis pela criação das condições que tornaram esses actos possíveis [sic] [...]. (*apud* Ribeiro, 1999: 149)

A ausência de uma narrativa nacional sobre a guerra e o passado colonial deriva desta dificuldade em assumir essa responsabilidade. A reivindicação, por parte dos antigos combatentes, pelo estatuto de vítima advém, em parte, dessa ausência e de racionalizações *à posteriori*.

Na sequência do 25 de abril, os primeiros combatentes a reivindicarem o estatuto de vítima foram aqueles que ficaram com sequelas físicas permanentes. Os homens que formam a ADFA. Num segundo momento, nos anos 90, o termo vítima alargou-se àqueles que reivindicavam o reconhecimento do SSPT. Galvanizada pelo psiquiatra Afonso de Albuquerque, pioneiro no diagnóstico em Portugal, a associação APOIAR começa e formar em inícios dos anos 90 os primeiros grupos de terapia. Segundo o investigador e etnógrafo Luís Quintais (2000; 2001) esta medicalização do discurso sobre as consequências da guerra colonial confere aos ex-combatentes um novo vocabulário legitimado à qual recorrem para narrativizar a sua experiência e a partir daí reivindicarem os seus direitos sociais e económicos ao estado por via da contaminação do espaço público. Desta forma, a formação de um discurso medicalizado sobre as memórias individuais da guerra influencia a memória social da guerra. É a partir deste novo idioma que se enquadram eventos de extrema violência.

Estes homens constroem as suas narrativas a partir de duas narrativas totalizantes que permitem a desresponsabilização moral dos eventos ocorridos na

²⁵Tradução da autora. No original: “maxim[ization] of the value of life — its preservation, the increase of its intensity, its duration, the optimization of its production capacity.”

guerra. Por um lado, a narrativa do *eu* (*the narrative of self and time*), segundo a qual os homens que partem para a guerra retornam dramaticamente diferentes e, por outro, a narrativa do *eu* e da sobrevivência (*the narrative of self and survival*), segundo a partir da qual se afirma que a guerra não é governada pelas mesmas leis morais que operam no quotidiano e a única lei é a da sobrevivência (Young, 1990: 76-79 *apud* Quintais, 2001: 92-93)

É apanhado na tentativa de gerir moralmente esse evento significativo do nosso passado coletivo. Ou seja, ao usar um idioma cultural legítimo, ou pelo menos em processo de legitimação, passa a ser possível conferir inteligibilidade a algo ininteligível, falar do indizível, dar um rosto humano ao inumano. Em suma, um passado feito de horrores e feitos monstruosos – como o massacre de populações civis em Chawola, Juwau e Wiryamu (Moçambique, 1972) – pode “redimir-se” historicamente.²⁶

Vêm-se ou representam-se como vítimas do sistema como corpos marcados pela violência ao terminarem a guerra com mazelas físicas e psicológicas. Vítimas da violência da guerra e de um regime que os enviou compulsivamente para África e vítimas do abandono e esquecimento a que são votados pelo Estado português. Acusando-o de se recusar a chegar a termos com um passado que não encaixa na narrativa nacional. É, portanto, uma estratégia discursiva reivindicação dos seus direitos enquanto homens que lutaram ao serviço do Estado português.

O seu grau de comprometimento é avaliado pelo grau de liberdade que dispunham para contestar o sistema. Houve quem resistisse desertando²⁷ ou evitando participar em atos de violência, recorrendo à indisciplina e insubordinação (sobre resistência individual na guerra colonial *vide* Campos, 2017: 43/159, sobre resistência na guerra do Vietname *vide* Bourke, 2010: 197 ss), embora as condições da deserção

²⁶ Tradução minha. No original: “It is caught up in the attempt to manage morally this significant event in our collective past. That is to say, by using a legitimate cultural idiom, or on at least in the process of achieving legitimacy, it starts to be possible to convey intelligibility on something unintelligible, to speak about the unspeakable, to give a human face to the inhuman. In short, a past made up of horrors and monstrous deeds – such as the massacre of civilian populations in Chawola, Juwau and Wiryamu (Mozambique, 1972) – can be historically ‘redeemed’” (Quintais, 2001: 97).

²⁷ No capítulo da deserção, uma investigação de Susana Martins e Miguel Cardina, inserida no do projeto de investigação “Os desertores: recusar a guerra, combater o colonialismo” (2015-2016), conclui que o número de desertores se situa em “[...] cerca de 9.000 [...]” (com lacunas pontuais em certos anos e setores militares), devendo a isso associar-se um número de refratários na ordem dos 10 a 20 mil jovens e de faltosos à inspeção que ronda os 200 mil jovens – ou seja, perto de 20 % dos rapazes chamados à inspeção na então metrópole, de acordo com dados do próprio Exército” (Cardina e Martins, 2019; Resenha, 1988: 258 *apud* Cardina, 2020: 182).

tenham sido consideradas por muitos, não é possível ignorar a aceitação que o ideário colonial tinha no período do Estado Novo (sobre deserção *vide* Bebiano, 2002; 2016; Cardina 2011; 2014; 2020; Cardina e Martins, 2019).

Ao recorrer a um conceito desenvolvido no contexto do Holocausto na reflexão sobre a memória da guerra leva à aplicação do conceito de memória multidirecional, desenvolvido por Michael Rothberg. Conceito definido como a ideia segundo a qual as memórias do Holocausto contribuem para a produção de memórias do colonialismo por via de negociação, de referências cruzadas e de empréstimos, como acontece com a referência fornecida pelo estatuto de vítima da violência do século XX e a consequente problematização do termo a partir das reflexões de pensadores do Holocausto, como Primo Levi. As memórias não são privativas, mas produtivas (Rothberg, 2009: 3).²⁸ A condição intermédia e ambígua dentro da participação no sistema colonial, onde a resistência ou a colaboração eram constantes, é construída a partir de uma legitimidade conferida pela *experiência* e, por conseguinte, como escapando à compreensão daqueles que não viveram pessoalmente a guerra. A falta de compreensão da experiência traumática contribuiu para a inexistência de um espaço para a enunciação e articulação das experiências dos veteranos de guerra que prevaleceu durante os primeiros tempos após o 25 de abril. Muitas dessas experiências eram em si pouco propensas à representação pelo seu carácter literal (cf. Caruth, 1995). O silêncio dos veteranos derivava de uma impossibilidade de significação que lhes foi fornecida pelo vocabulário nosológico da SSPT, seja pela dificuldade de articulação da experiência, pela falta de um espaço de enunciação de certos discursos ou pelo seu sentimento de culpa e/ou vergonha.

Paralelamente, a busca pelo reconhecimento nacional do esforço e do sacrifício destes homens é uma das maiores bandeiras dos antigos combatentes. Consideram-se vítimas do esquecimento, mas também vítimas da violência física e psicológica da guerra. Em suma, reivindicam para si o estatuto de vítimas da violência sofrida e sofrendo com a recordação da violência perpetrada.

²⁸Por outras palavras, as memórias não são conflitantes, nem se apagam mutuamente, gerando pontos de convergência e possibilidade de aumentar o espaço de memorialização. Note-se, ainda, que a utilização de um conceito aplicado ao Holocausto, ilustra aquilo que foi diagnosticado por Helmut Dubiel, “[...] o Holocausto constitui hoje em dia, sem dúvida, uma imprescindível metanarrativa para qualquer fenómeno de violência a larga escala” (2003 *apud* Ribeiro, 2009: 10). Enzo Traverso sublinha sobretudo o carácter conflituante das memórias do Ocidente, Leste e Sul, por exemplo. Citando o autor, “Until now, however, their different focus – Holocaust, communism, and colonialism – illustrates the tendency to draw competitive rather than complementary ‘history lessons’” (Traverso, 2016: 18).

Do herói à vítima

Dulce et decorum est pro patriamori

Horácio, *Odes* (III.2.13)

O discurso institucional das associações de veteranos vai no sentido de frisar o papel quase humanitário dos combatentes. É comum que se sublinhe o apoio por eles dado às populações civis, a interação com as crianças e a afabilidade que contribuem para a disseminação de uma imagem benigna do soldado português,²⁹ em claro contraste com a representação dos movimentos de libertação e sua dita “ação terrorista da guerrilha” (cf. Campos, 2017: 145). Este discurso é patente na racionalização da atuação das FAP feita por militares que se dedicam a estudar história e doutrina militar:

Em resumo, o que procurámos salientar e reconhecer foi a existência de violência, aliás inerente à guerra, e as condições específicas do desenvolvimento dessa violência: à violência do terrorismo e da guerrilha foi oposta a força (militar) do contraterrorismo e da contraguerrilha. Mas a acção estratégica total da resposta foi um misto de esforço operacional para salvaguarda da integridade territorial e da paz pública e da adesão e promoção das populações locais, que viram o seu nível socioeconómico progredir a par durante o período da guerra [sic]. (Mário Lemos Pires *apud* Ribeiro, 1999: 196)

A violência é retratada como apanágio do outro lado, do “outro terrorista.” “Outriza-se” a violência.

No contexto das atrocidades cometidas pelo "nosso" lado, a resposta mais comum à questão dos excessos foi a negação. Os “nossos” rapazes lutaram uma guerra honrosa contra Hunos ou contra o fascismo. Mesmo o massacre de prisioneiros de guerra ou de feridos – ilegal de acordo com a regulamentação militar, bem como de acordo com o Direito Internacional – não eram "realmente" crimes.³⁰

²⁹ Nas palavras do Tenente-General Fidalgo Ferreira de Presidente da Comissão Executiva do 24.º Encontro Nacional de Combatentes 2017, “Há quem distinga essas campanhas em guerras boas e guerras más. Pode até aceitar-se isso. Mas tem-se esquecido que só há combatentes bons.”

³⁰ Tradução da autora. No original: “In the context of atrocities carried out by ‘our’ side, the most common response to the question of excesses was denial. ‘Our’ boys fought an honourable war against the Huns or fascism. Even the slaughter of prisoners of war or the wounded – illegal according to military regulation as well as international law – was not ‘really’ a crime” (Bourke, 2006: 29).

A atuação das FAP é, assim, neutralizada e naturalizada pelo discurso institucional. Tal higienização é complementada por lógicas de racionalização da violência em nome de ideais pátrios. A instituição militar mantém a guerra afastada de “raciocínios ideológicos à posteriori”, i.e., se a guerra foi boa ou má. Assim, a guerra não foi em vão porque se lutou em nome da Pátria. De acordo com o lema da LC, dos «valores permanentes». Novamente, como sugere Joanna Bourke, há uma tentativa de conferir significado à experiência bélica.

[...] sobreviver enquanto perpetrador poderá não ser uma questão de “esquecer” ou “lembrar”, mas de encontrar uma narrativa legítima que seja coerente e convincente.³¹

As comunidades de pertença dos veteranos da guerra colonial são permeáveis tanto aos discursos medicalizados, como aos discursos naturalizadores da instituição militar. Sobretudo em encontros frequentados por ex-militares. Tomando de empréstimo a reflexão de Judith Butler, estas comunidades constituem-se em oposição a um “outro”, i.e., todos aqueles que não passaram pela experiência da guerra. Os seus membros desenvolvem um sentimento de pertença e responsabilidade uns para com os outros. O que influencia a direção da sua capacidade de afeto e compadecimento (Butler, 2009: 36; 46). Os veteranos encontram afeto e compreensão junto de outros veteranos e acreditam que os “outros” não compreendem a sua experiência porque não a viveram.

Noutros contextos sociais prevalece um o sentimento de ingratidão, esquecimento e falta de reconhecimento. Situação agravada pela falta de apoio do Estado aos combatentes em situações mais vulneráveis (Antunes, 2015: 360). A mesma perspectiva é-nos apontada por Ângela Campos ao chamar à atenção para o facto de os veteranos se sentirem ignorados e rejeitados pela sociedade. O silêncio público impede o reconhecimento do que consideram ter sido o seu sacrifício. Sobretudo para aqueles que ficaram fisicamente marcados e, em última instância, morreram na guerra: “e aqueles que morreram? e aqueles que foram deixados estropiados e acabados – não

³¹Tradução da autora. No original: “[...] to survive being a perpetrator may not be a matter of either ‘forgetting’ or ‘remembering’, but of finding a legitimate narrative that is both coherent and convincing”(Bourke, 2006: 36).

apenas fisicamente, mas principalmente psicologicamente?” (anónimo *apud* Campos, 2017: 168).³²

É a partir deste ponto se forma um discurso de vitimização. Esta construção pode, no entanto, enveredar por dois caminhos: 1) negando o papel de perpetradores de violência; ou 2) em articulação com a consciência de terem cometido atos de violência extrema, neutralizando julgamentos morais. Há por parte de alguns veteranos a consciência do seu posicionamento dentro da zona cinzenta. Dentro do primeiro caminho insere-se o seguinte excerto de Mário Lemos Pires:

As outras grandes vítimas foram os soldados portugueses, os que foram chamados e enviados para defender terras longínquas e que, na sua maioria, se viam a braços com uma violência traiçoeira que lhes tirou a vida ou os mutilou no corpo e na alma, com traumas para sempre gravados e agravados no remoer sigiloso ou na indiferença dos outros. (*apud* Ribeiro, 1999: 197)

Deixaremos o segundo caminho para a secção seguinte, onde se analisam discursos de veteranos cujos corpos ficaram marcados pela guerra.³³ As suas marcas, ao constituírem uma lembrança permanente da guerra recordam-nos da violência sofrida, mas também da perpetrada.

A zona cinzenta e os antigos combatentes

*The old Lie; Dulce et Decorum est
Pro patriamori.*

Wilfred Owen, excerto de *Dulce et Decorum Est* (1917-1918)

Os veteranos são perturbados pela sua própria violência. O trauma, mais comumente designado de SSPT, é muitas vezes resultado da violência por si perpetrada durante o conflito. Esta experiência, tal como acima discutido, não é apreendida no momento em que é vivida e ressurgue mais tarde sob a forma de trauma – dificuldades em dormir e pesadelos, diurnos e/ou noturnos. A literalidade das lembranças é apresentada como um filme que ressurgue de tempos a tempos. Estas

³²Tradução da autora. No original: “what about those who died? and those who were left all broken, and finished – not just physically, but mainly psychologically?”

³³ Excertos retirados do documentário *A Hospitalidade ao Fantasma*, do investigador Bruno Sena Martins.

memórias são metaforizadas na imagem do enquanto fantasma, presença ausente de um passado que permanece (Campos, 2017: 173, Quintais, 2000; 2001).

A ideia de culpa como parte do processo mnemónico é, na verdade, apanágio dos países europeus e não são apenas as memórias individuais que carregam essa culpa. Como sublinhou Luisa Passerini, há uma “ [...] relação entre memória e culpa – pelo colonialismo, pelas perseguições e pelos massacres. [...] Porque a dialética entre memória e silêncio neste continente não pode evitar o colonialismo, os totalitarismos e as guerras, e os seus legados dentro e fora da Europa” (2003: 250).³⁴ Já nas memórias individuais o silêncio reflete uma dificuldade em partilhar e apreender a memória, não que ela tenha sido esquecida ou que permaneça silenciosa na consciência daqueles que a recordam. A falta de memória pública contrasta com o excesso de memória pessoal (Ribeiro, 2007: 45). A memória da violência perpetrada é uma dessas lembranças:

[...] a essas estupidezes, a essa estupidez que se cometia, a esses excessos... Mas, hoje, penso que não os devia ter cometido, e isso... afeta-me. Afeta-me e muitas vezes... por exemplo, à noite, quando estou com este zumbido, não é por acaso que de vez em quando, tenho de tomar um comprimido para dormir para.... Vejo, estou ali sozinho, a pensar naquilo, e passo horas a chorar. Coisa que, na minha vida, não... eu não era choramingas, não... [Bartolomeu Castro, 4:24-5:07mm]

Os corpos são marcas da guerra. Ao contrário daqueles que regressaram sem sequelas físicas, os veteranos que regressam com algum grau de deficiência têm um elemento visível inscrito no próprio corpo que os recorda diariamente aquilo que viveram. O relato do veterano Bartolomeu Castro faz essa associação entre marca – o zumbido – e violência. É quando se deita e ouve o zumbido que se lembra das ações que cometeu na guerra. O sentimento de culpa leva-o a expressar a sua dor chorando. A percepção da vulnerabilidade do corpo e do seu carácter descartável que gera um sentimento de revolta nos ex-combatentes:

[...] esta carne de canhão com que nós fomos para a guerra, sem os maiores nos protegerem, os homens que iam dar o seu melhor, defender a pátria, defender tudo o que eles queriam... [António Fernandes, 6:12-6:36mm]

³⁴Tradução da autora. No original: “[...] relationship between memory and guilt – for colonialism, for persecutions and massacres. [...] because the dialectics between memory and silence in this continent cannot avoid colonialism, totalitarisms and wars, and their sites within and outside Europe.”

Nas palavras de Achille Mbembe, a memória põe em funcionamento toda a estrutura dos órgãos humanos, todo o sistema nervoso, todas nossas emoções. Em suma, o nosso corpo e tudo o que vai para além dele trabalham para a produção da memória e da recordação (2014 [2013]: 209), mas contrariando o argumento do autor, é no caso das antigas potências colonizadoras que o corpo mais contribui para agudizar a memória de uma guerra silenciada que não decorreu no território português e, precisamente por isso, o único território físico marcado pela guerra, capaz de ativar a memória, é o corpo. Por conseguinte, “[...] a recordação da morte está diretamente escrita no corpo magoado ou mutilado do sobrevivente, e será a partir deste corpo e das suas enfermidades que a memória do acontecimento é referida” (Mbembe, 2014 [2013]: 209; Campos, 2017: 209-210):

[...] E é esse zumbido contínuo que não me deixa esquecer a guerra [António Fernandes, 7:07-7:11mm].

Depreende-se, portanto, que são aqueles cujos corpos foram marcados pela guerra que mais criticamente refletem sobre a experiência da guerra. Nas palavras de António Calvino, um dos fundadores da ADFa:

[...] que é aquele que o Arruda disse:
Eu não canto o épico da guerra.
Eu canto a agressão que fui e suportei!
Eu fui à guerra:
Matei!...
Aqui estou, hoje e agora,
Amanhã e sempre,
Para cantar em verso ou em prosa
Aquilo que fiz, vi e vivi:
Porque acordei!
E dou testemunho de tudo quanto canto
Pois tudo vivi como instrumento
E hoje sinto como canto!
Não quero esquecer a guerra!
Ninguém a deve esquecer!...
A lembrança há-de ser até morrer o permanente estigma que todas as madrugadas
me há-de mobilizar! [António Calvino, 44:54-45:31mm]

Calvino não canta “o épico da guerra”, não há para si uma racionalização nacionalista que confira significado ao conflito. A guerra não é sublimada, o sofrimento

que gera não tem significado. Não se lutou por nenhum ideal que tenha permanecido, nada de justo nas ideias defendidas. A guerra não produziu heróis. O sujeito poético canta as agressões que cometeu e sofreu. “Matei!” é uma exclamação corajosa que rompe o silêncio individual. O sujeito faz uso da sua subjetividade enunciativa para sublinhar a sua culpa, para se produzir publicamente enquanto sujeito consciente da violência que cometeu. A sua missão é, agora, testemunhar, perante aqueles que não viveram a guerra, «aquilo que fiz, vi e vivi». Tomou consciência do que fez e foi capaz de conferir significado ao evento, por conseguinte, transcendem a alienação do soldado-instrumento e afirma-se como agente da sua própria história/narrativa. A experiência literária reflete a necessidade da narrativização, tal como as sessões de psicoterapia nos casos diagnosticados de SSTP, para a construção das memórias pessoais. Essa narrativização também representa a zona cinzenta.

Conclusão

O discurso, individual e público, é uma narrativa produzida, controlada, selecionada, organizada e distribuída numa determinada sociedade. O objetivo é expiá-lo dos seus perigos e dominar o conhecimento que produz (Foucault, 1997 [1971]: 9-10). Foucault não teoriza o silêncio, mas reflete sobre a importância da produção do discurso na dimensão do não-dito. Por outro lado, quando se trata de discursos individuais há que ter em conta a necessidade de racionalizar uma experiência marcante e historicamente relevante vivida, mas da qual prevalecem sentimentos de culpa e de vergonha potenciados pelo não-dito político-social (Ribeiro, 1999: 9; Bourke, 2004; 2006: 35; 2010; Campos, 2017).

Como referem Ashplant, Dawson e Roper, compreende-se, desta forma, que a memória pública, social e institucional influencia a memória privada e vice-versa. Não existe, portanto, uma divisão taxativa entre o silêncio estratégico-político de Jay Winter, que envolve a memória da violência colonial na narrativa pública portuguesa, “[...] uma prática vinculada a rituais de identificação nacional e elementos-chave do repertório simbólico à disposição do Estado-nação para vincular os seus cidadãos a uma identidade nacional coletiva”³⁵ e o silêncio privado dos ex-combatentes “[...]”

³⁵Tradução da autora. No original: “[...] a practice bound up with rituals of national identification, and a key element in the symbolic repertoire available to the nation-state for binding its citizens into a collective national identity.”

considerada significativa principalmente por razões psicológicas, como uma expressão de luto, sendo uma resposta humana à morte e ao sofrimento que a guerra provoca em grande escala” (2000: 7).³⁶

A incapacidade de exprimir por palavras uma experiência traumática, quer pelo limite que a linguagem encerra na representação da violência, quer pela dor que a recordação provoca naquele que a relembra, diminui “[...] o espaço da [...] experiência e o [...] universo de comunicação” (Ribeiro, 2008: 17). A experiência deixa de ser partilhável quando não há possibilidade de apreensão do seu significado. A experiência não simbolizada apresenta-se na sua literalidade (Benjamin *apud Ribeiro*, 2008: 17).

Este ensaio incidiu sobre os discursos daqueles que lutaram pela manutenção de um regime colonial. Os seus discursos são marcados por silêncios, pela culpa e pela vergonha, mas também pela revolta de se verem esquecidos por um regime democrático que falha em reconhecer as suas necessidades enquanto vidas e corpos marcados pela violência da guerra. São corpos que habitam a zona cinzenta. A violência da falta de reconhecimento de um Estado que tem dificuldade em encaixar a memória da violência colonial e da guerra no seu discurso de país humanista, tolerante e de brandos costumes, é usado para reivindicarem os seus direitos económicos e sociais.

Não é possível captar estes trajetos com simplificações. Existem contradições, reflexões, racionalizações e incorporações de diversas narrativas num processo nunca terminado. As suas histórias de vida e as suas memórias são o produto de discursos e referências cruzadas.

[...] dos casos não resolveram esse problema, por isso é que a maior parte dos antigos combatentes, das duas uma, ou se faz de vítima ou se faz de herói, isso de ficar pelas meias tintas não é muito agradável, herói pelo menos no sentido de que merecem ser admirados, que combateram pela pátria, que a guerra é para salvar vidas não é para matar, e as maiores patéticas quanto a isso. Oiço as coisas mais patetas, e patéticas também, que dizem sobre isso, porque as pessoas querem dar significado àquele período de tempo, que desperdiçaram completamente – que desperdiçámos. Bom, eu sou muito contraditório, eu não nego isso, nem pretendo opor-me a essa minha característica, sou várias coisas ao mesmo tempo... e tudo bem aceito-me como tal, e isso é contraditório em mim e eu aceito essa contradição, aceito que na altura era assim eu achava, que isso era de facto defensável, e que era honroso. Eu aceito isso no seu tempo... como uma coisa que deve ser vista na perspectiva histórica, era assim naquela altura, mas hoje vejo isso errado, acho certo e errado ao mesmo tempo, não tenho nenhum problema em ser

³⁶Tradução da autora. No original: “[...] held to be significant primarily for psychological reasons, as a expression of mourning, being a human response to the death and suffering that war engenders on a vast scale.”

contraditório quanto a isso, acho que devemos assumir as nossas contradições, se não andamos a mentir uns aos outros e a nós próprios, isso era assim na altura, mas eu mudei, eu aprendi coisas... [Manuel Bastos]

Há nos seus discursos um processo narrativização da experiência vivida que promove “interpretações vitimizadoras: cada um dos ex-combatentes foi ‘vítima’ não somente do estado português, mas também de mecanismos fisiológicos de adaptação a situações conceptualizadas como situações ‘limite’” (Quintais, 2000: 84). Não obstante, em alguns casos, os discursos anticoloniais veiculados no pós-25 de abril foram assimilados por alguns destes homens que, assim, confrontam as suas crenças e ideais do período da guerra colonial com novos valores. A revisão crítica que fazem dos seus passados, de forma consciente, como Manuel Bastos, ou inconsciente permite-lhes conferir significado e compreender que essa experiência os ajudou a formar os homens que são no presente. A sua reflexão crítica leva à consciência do seu papel enquanto indivíduos que habitam a fronteira. São ambos processos de narrativização. Os antigos combatentes habitam a zona cinzenta, mas constroem-se como vítimas num “exercício de metamorfose que pode ter por agente simbolicamente mediador uma retórica sobre o sofrimento” (Quintais, 2000:86-87).

Referências bibliográficas

- Anderson, Benedict (2006), *Imagined Communities*. Londres; Nova Iorque: Verso.
- Antunes, António Lobo (2016), *Os Cus de Judas*. Alfragide: BIS.
- Antunes, Maria José Lobo (2015), *Regressos Quase Perfeitos: Memórias da Guerra em Angola*. Lisboa: Tinta-da-China.
- Ashplant, Timothy G.; Dawson, Graham; Roper, Michael (2000), “The politics of war memory and commemoration: contexts, structures and dynamics”, in Timothy G. Ashplant, Graham Dawson e Michael Roper (eds.), *The Politics of War Memory and Commemoration*. Londres; Nova Iorque: Routledge, 1-86.
- Bebiano, Rui (2002), “A esquerda e a oposição à guerra colonial”, in Rui Azevedo (org.), *A Guerra do Ultramar. Realidade e ficção*, Livro de Actas do II Congresso Internacionaisobre a Guerra Colonial. Lisboa: Editorial Notícias, 293-316.

- Bebiano, Rui (2016), “Experiência e memória da deserção e do exílio (como um prefácio)”, in VVAA., *Exílios. Testemunhos de exilados e desertores portugueses (1961-1974)*. Carcavelos: Associação de Exilados Políticos Portugueses, AEP61-74, 9-15.
- Benjamin, Walter (2010 [1942]), “Sobre o Conceito de História”, in *O Anjo da História*. trad. João Barrento. Lisboa: Assírio e Alvim, 9-20.
- Bourke, Joanna (2004), “‘Remembering’ War”, *Journal of Contemporary History* 39(4), 473–85.
- Bourke, Joanna (2006), “War and Violence”, *Thesis Eleven* 86 (1), 23–38.
- Bourke, Joanna (2010), *An Intimate History of Killing: Face-to-Face Killing in Twentieth-Century Warfare*. Repr. La Vergne, TN USA: Basic Books.
- Butler, Judith (2009), *Frames of War: when is life grievable?* Londres; Nova York: Verso.
- Campos, Ângela (2008), “‘We are still ashamed of our own history’ Interviewing ex-combatants of the Portuguese colonial war (1961-1974)”, *Lusotopie* XV(2), 107-126.
- Campos, Ângela (2017), *An Oral History of the Portuguese Colonial War*. Londres; Nova Iorque: Routledge.
- Cardão, Marcos (2014), *Fado tropical: o luso-tropicalismo na cultura de massas (1960-1974)*. Lisboa: Unipop.
- Cardina, Miguel (2011), *Margem de certa maneira. O Maoísmo em Portugal 1964-1974*. Lisboa: Tinta-da-China, 251-262; 263-280.
- Cardina, Miguel (2014), “Violência, testemunho e sociedade: incómodos e silêncios em torno da memória da ditadura”, in Maria Paula Meneses e Bruno Sena Martins (org.), *As Guerras de Libertação e os Sonhos Coloniais: Alianças secretas, mapas imaginados*. Coimbra: Almedina/CES, 29-39.
- Cardina, Miguel (2020), “A deserção à guerra colonial: história, memória e política”, *Revista de História das Ideias* 38(2), 181-204.
- Cardina, Miguel; Martins, Bruno Sena (2018), *As Voltas do Passado: a guerra colonial e as lutas de libertação*. Lisboa: Tinta-da-China.
- Cardina, Miguel; Martins, Susana (2019), “Evading the War: Deserters and Draft Evaders from the Portuguese Army during the Colonial War”, *E-Journal of Portuguese History* 17, 27-47.
- Caruth, Cathy (1995), “Trauma and Experience: Introduction”, in Cathy Caruth (ed.), *Trauma: Explorations in Memory*. Baltimore, MD: Johns Hopkins University Press, 3-12.

- Castelo, Cláudia (2011 [1998]), *"O modo português de estar no mundo": o luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)*. Porto: Afrontamento.
- Fanon, Frantz (2001 [1963]), "Concerning Violence", in *The Wretched of the Earth*, trad. Constance Farrington. Londres: Penguinbooks, 27-84.
- Forti, Simona (2015 [2012]), *New Demons: rethinking power and evil today*, trad. Zakiya Hanafi. Cultural Memory in the Present. Stanford, Calif: Stanford University Press.
- Foucault, Michel (1997 [1971]), *A Ordem do Discurso*, trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. Lisboa: RelógioD'Água.
- Furtado, Joaquim (2007), *A Guerra*. DVD (Episódio 29). Documentário. RTP.
- Galtung, Johan (1969), "Violence, Peace, and Peace Research", *Journal of Peace Research*, 6(3), 167-191.
- Levi, Primo (1989 [1986]), *The Drowned and the Saved*, trad. Raymond Rosenthal. Nova Iorque: Vintage International.
- Loff, Manuel (2015), "Estado, democracia e memória: políticas públicas da memória da ditadura portuguesa (1974-2014)", in Manuel Loff, Filipe Piedade e Luciana Castro Soutelo (org.), *Ditaduras e revolução: democracia e políticas da memória*. Coimbra: editorial Almedina, 23-143.
- Martins, Bruno Sena (2014), *A Hospitalidade ao Fantasma: Memórias dos Deficientes das Forças Armadas*. Youtube. Entrevistas. Centro de Estudos Sociais da Universidade Univ. de Coimbra. Página consultada a 03.11.2020, em: <https://www.youtube.com/watch?v=aF5vWj5T5uY>.
- Martins, Bruno Sena (2015), "Violência Colonial e Testemunho: Para Uma Memória Pós-Abissal", *Revista Crítica de Ciências Sociais* 106, 105–26.
- Martins, Bruno Sena (2016), "Corpos-Memórias da Guerra Colonial: Os Deficientes das Forças Armadas e o 'Restolhar de Asas no Telhado'", in António Sousa Ribeiro e Margarida Calafate Ribeiro (org.), *Geometrias Da Memória: Configurações Pós-Coloniais*. Porto: edições Afrontamento, 305-325.
- Mbembe, Achille (2014 [2013]), *A Crítica da Razão Negra*, trad. Marta Lança. Lisboa: Antígona.
- Medeiros, Paulo de (2009), "Hauntings: Memory, Fiction, and the Portuguese Colonial Wars", in Timothy G. Ashplant, Graham Dawson e Michael Roper(eds.), *Commemorating War: The Politics of Memory*. Memory and Narrative Series. New Brunswick, NJ: Transaction Publ, 47–76.

- Passerini, Luisa (2003), “Memories between Silence and Oblivion”, in Katherine Hodgkin e Susannah Radstone (eds.), *Contested Pasts. History, Memory, Nation*. Nova Iorque: Routledge, 238–54.
- Portelli, Alessandro (2013 [1979]), “O que torna a História Oral diferente”, in Miguel Cardina e Bruno Cordovil(org. e trad.), *A Morte de Luigi Trastulli e Outros Ensaio*. Lisboa: Unipop, 19-43.
- Quintais, Luís (2000), “Trauma e memória: um exercício etnográfico”, *Etnográfica* IV(1), 61-88.
- Quintais, Luís (2001), “How to speak, how to remembre: post-traumatic stress disorder and the Portuguese colonial wars (1961-1974)”, *Journal of Romance Studies* 1(3), 85-101.
- Ribeiro, António Sousa (2008), “Cartografias do não-espaco: Viagens ao fim do mundo na literatura do Holocausto”, *Revista Crítica de Ciências Sociais* 83, 5-18.
- Ribeiro, António Sousa (2010), “Memória, identidade e representação: os limites da teoria e a construção do testemunho”, *Revista Crítica de Ciências Sociais* 88, 9-21.
- Ribeiro, António Sousa (2013), “Introdução: A representação da violência e a violência da representação”, in António Sousa Ribeiro XX(org.), *Representações da Violência*. Coimbra: Almedina, 7-34.
- Ribeiro, Jorge (1999), *Marcas da Guerra Colonial*. Coleção Campo da Memória 2. Porto: Campo das Letras, 139-222.
- Ribeiro, Margarida Calafate (2007), “As ruínas da casa portuguesa em *Os Cus de Judas* e em *O Esplendor de Portugal*, de António Lobo Antunes”, in Manuela Ribeiro Sanches (org.), *Portugal não é um país pequeno: contar o império na pós-colonialidade*. Lisboa: Cotovia, 41-62.
- Ribeiro, Margarida Calafate; Vecchi, Roberto (2012), “Versos e Gritos. Memória Poética da Guerra Colonial”, *Abril: Revista do Núcleo de Estudos de Literatura Portuguesa e Africana da UFF* 5(9), 25-39.
- Rodrigues, Inês Nascimento (2018), *Espectros de Batepá: memórias e narrativas do "Massacre de 1953" em São Tomé e Príncipe*. Porto: Afrontamento.
- Rothberg, Michael (2009), *Multidirectional Memory: Remembering the Holocaust in the Age of Decolonization*. Cultural Memory in the Present. Stanford, Calif: Stanford University Press.

- Rothberg, Michael (2019), *The Implicated Subject: Beyond Victims and Perpetrators. Cultural Memory in the Present*. EPUB. Stanford, Calif: Stanford University Press.
Disponível em: <https://www.amazon.com/-/pt/dp/1503609596/>.
- Rousso, Henry (1991 [1987]), “Introduction: The Neurosis”, in *The Vichy Syndrome: History and Memory in France since 1944*, trad. Arthur Goldhammer. Cambridge, Mass.: Harvard Univ. Press, 1-11.
- Rousso, Henry (2016 [2012]), *A última catástrofe: a história, o presente, o contemporâneo*, trad. Fernando Coelho e Fabrício Coelho. Rio de Janeiro: FGV Editora.
- Santos, Boaventura Sousa (2007), “Para além do Pensamento Abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes”, *Revista Crítica de Ciências Sociais* 78, 3-46.
- Seligmann-Silva, Márcio (2008), “Narrar o trauma – A questão dos testemunhos de catástrofes históricas”, *Psic. Clin., Rio de Janeiro* 20(1), 65-82.
- Traverso, Enzo (2012), *La historia como campo de batalla. Interpretar las violências del siglo XX*. Buenos Aires: Fondo de CulturaEconómica
- Traverso, Enzo (2016), *Left-Wing Melancholia: Marxism, History, and Memory*. New Directions in Critical Theory. Nova Iorque: Columbia University Press, 1-84.
- Winter, Jay (2010), “Thinking about Silence”, in Efrat Ben-Ze’ev, Ruth Ginio e Jay Winter(eds.), *Shadows of War. A Social History of Silence in the Twentieth Century*. Cambridge: Cambridge University Press, 3–31.